

Aumento do mínimo só favorece 14% no Sudeste

**Cláudia Schlüffner e
Bonança Mouteira**
Do Rio

O impacto do aumento do salário mínimo, que sobe 11% amanhã, passando de R\$ 180 para R\$ 200 vai beneficiar apenas uma pequena parcela dos trabalhadores, cuja renda mensal corresponde a um salário mínimo ou múltiplos dele. Na região Sudeste somente 14% dos trabalhadores estão enquadrados nessa categoria. É o que mostra estudo sobre a trajetória do salário mínimo no Brasil, que está em fase final de elaboração pelo economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio.

"Ao longo dos últimos tempos, o salário mínimo perdeu o efeito de numerário que tinha para a economia. Passou a ser menos utilizado como unidade de conta", constata o economista. Os dados encontrados por Marcelo Neri mostram que na região Sudeste, 21% dos trabalhadores que não têm a carteira de trabalho assinada recebem um mínimo ou múltiplos. No universo dos trabalhadores com carteira assinada, esse percentual cai para 12% e no setor público, só 7,8%. Na média total, 14% recebem salário mínimo ou tem salários indexados ao mínimo.

Observando apenas quem trabalha em troca de um salário mínimo — R\$ 180 até este mês — 14,3% não tem carteira assinada contra apenas 5,7% com carteira e 4,8% do setor público. Na opinião de Neri, o principal efeito do salário mínimo na redução da pobreza se dá através das políticas sociais e da Previdência social. Pelos cálculos do economista da FGV, o reajuste de 11% no mínimo — que passa a R\$ 200 — não terá o mesmo efeito de redução da pobreza de outros anos, mas ainda assim, trata-se de um eficiente mecanismo de redistribuição de renda. "Na previdência, há impactos bons e ruins. Do lado bom, a melhor distribuição de renda. Do lado ruim, o impacto no caixa do governo", afirma.

Ele lembra que um reajuste de 10% no salário — a exemplo do que aconteceu em 2000, quando o salário estava em R\$ 151,00 — provocaria um impacto anual de R\$ 3,5 bilhões nos gastos da Previdência considerando-se apenas os salários indexados ao piso. Os gastos sobem para R\$ 8,8 bilhões por ano se o percentual incidir sobre todas as faixas. Entre 1996 e 1999, o salário mínimo deixou de ser usado como referência. Neri elogia a decisão do governo de dar aumentos diferenciados na previdência. Marcelo Neri defende o reajuste total para quem recebe um salário, que teria ganho real de renda.